

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM MOÇAMBIQUE: FONTES, CIRCULAÇÃO E CONSUMO¹

Pedro Manuel Napido

Resumo: O presente artigo é um recorte da tese de doutorado e tem por objectivo conhecer o percurso da literatura infantil e juvenil em Moçambique desde 1975, ano da independência nacional, até aos nossos dias, incluindo as fontes, a circulação e consumo. A metodologia é com base na revisão bibliográfica e consulta documental principalmente de Brandão e Martins (2003); Neto (2008); Navarro e Sopa (1989). Os resultados mostram que a literatura infantil e juvenil está se configurando e ainda enfrenta enormes desafios na circulação e consumo devido à valorização do projeto pedagógico, sendo os textos literários usados como pretexto para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa e não o incentivo à leitura. As instituições ligadas ao incentivo à leitura atuam de forma fragmentada, uma vez que não existe no país uma entidade quer ao nível do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano quer de ensino superior que regule esta atividade.

Palavras-chave: História. Literatura infantil e juvenil. Circulação. Consumo.

Summary: This article is a part of doctoral thesis and aims to know the trajectory of children's and youth literature in Mozambique from 1975, the year of national Independence, to the present day, including sources, circulation and consumption. The methodology is based on bibliographic review and document consultation mainly by Brandão e Martins (2003); Neto (2008); Navarro e Sopa (1989). The results show that children's and youth literature is taking shape and still faces enormous challenges in circulation and consumption due to the valorization of the pedagogical project, with literary texts used as a pretext for teaching and learning the Portuguese language and not encouraging reading. The institutions linked to encouraging Reading work in a fragmented ways since there is no entity in the country either at the level of the Ministry of Education and Human Development or of higher education that regulates this activity.

Keywords: History. Children's and youth literature. Sources. Circulation. Consumption.

1 Título em língua estrangeira: "Children's and youth literature in Mozambique: sources, circulation and consumption".

Introdução

A literatura infantil e juvenil emerge no período da independência, em 1975, do jugo colonial português. Nesta fase, a taxa de alfabetismo rondava em mais de 90% da população, o que obrigou o governo a nacionalizar a educação de modo que fosse contrária ao período anterior, caracterizado num sistema binário: por um lado destinada ao europeu e por outro ao nativo com a finalidade de servir aos interesses coloniais. Com isso, pode-se depreender que neste período em referência pouca gente tinha acesso à leitura de obras literárias de autores moçambicanos presentes nos mais diversos processos educativos ligados ao ensino da linguagem. Só no período da independência, por diversas formas pedagógicas, avançou-se para um vigoroso impulso no processo educacional não só de crianças e jovens como também dos adultos porque as escolas estavam abertas para todo o povo, sem discriminação.

Em decorrência disso, quebradas as barreiras impostas pelo colonialismo sobre a topografia urbana, verificou-se uma “acelerada” expansão das zonas periféricas que colocaram ao governo enormes desafios: provimento de água, luz, saneamento básico, requalificação urbana, educação, saúde, transporte, segurança pública, entre

vários benefícios sociais com vista à melhoria das condições de vida e ascensão da classe média nacional, que vai consumindo produtos industrializados e bens culturais entre os quais se destacam diferentes publicações, como jornais, revistas, poesia de combate, material escolar e livros para crianças e jovens. Apesar disso, a situação, até 1980, não possibilitava a produção literária escrita dos operários e camponeses, mas os mesmos possuíam uma vasta experiência da literatura oral baseada em poesia e histórias transmitidas pelos seus antepassados, que não se exprimiam pela escrita. Tal como sucedeu com La Fontaine e Charles Perrault, na França, e os irmãos Jacob e William Grimm, na Alemanha, entre outros cujas histórias para crianças pertencem ao património popular, era necessário que os intelectuais moçambicanos não deixassem perder esse património oral latente, preservando com a escrita a literatura oral como veículo da cultura de um povo.

Política para o livro

A lei nº 10/88 de 22 de dezembro, no Boletim da República (2011, p. 42), determina sobre a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. O nº 1 do Artigo 2 da mesma lei sustenta: “A lei aplica-se aos bens do património cultural na posse do Estado, dos

organismos de direito público ou de pessoas singulares ou coletivas sem prejuízo de direitos de propriedades que couberem aos respetivos titulares”. A partir dessa lei, podemos afirmar que em Moçambique não existe uma lei que regule apenas o livro de literatura infantil e juvenil, mas o mesmo é regido pela política geral do livro, publicada no Boletim da República com a Resolução nº 57/2011, que na sua introdução considera: “Apesar de Moçambique estar a conhecer um crescimento considerável no domínio do livro, a ausência de uma política contendo linhas orientadoras do seu desenvolvimento tem levado, em certos casos, à adoção de critérios não harmonizados na colmatação de carências do setor”.

É nesse âmbito que, reconhecendo os direitos dos cidadãos no desenvolvimento do espírito de pesquisa e libertação do imaginário através do livro, o Estado cria condições para que todos os cidadãos tenham direitos e oportunidades iguais no acesso e uso do livro em geral e da literatura infantil e juvenil em particular. A política do livro representa um conjunto de medidas, regulamentos e indicadores para administrar o desenvolvimento e a disseminação com a finalidade de promover a criação de uma sociedade leitora, na qual o livro faz parte da vida, da ocupação lúdica do tempo livre e do lazer dos moçambicanos.

Mais ainda, essa política serve de instrumento para que não só o cidadão atinja os conhecimentos como também é útil para a preservação das tradições e como suporte de fixação das culturas. No desenvolvimento de mecanismos de acesso ao livro, (BOLETIM DA REPÚBLICA, 2011, p. 44) defende: “O êxito do Sistema Nacional de Educação, das campanhas de alfabetização, da criação literária, científica e artística, bem como o gosto pela leitura, como mecanismos de formação do ser humano, requer a disponibilização do livro a todos os níveis”. Para alcançar esses objetivos, entendemos que ações multissetoriais de instituições públicas e privadas, de Organizações não-governamentais e Parceiros de Cooperação do Governo devem ser conjugadas no sentido da criação de condições para a fixação de preços acessíveis ao livro, criação e apetrechamento de redes de bibliotecas públicas, escolares e privadas bem como a promoção e realização de feiras de livros.

Por seu turno, a Lei nº 4/94, de 13 de Setembro de 1994, estabelece os princípios básicos que permitem estender a ação de pessoas jurídicas ou coletivas, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades financeiras ou materialmente as apoiem, no campo das artes, letras, ciência, cultura e ação social. Entretanto, a ideia que já foi

importante para o Instituto Nacional do Livro e Disco (INLD) é esta mesma lei 4/94 chamada “Lei do Mecenato”. Esta determinou que o livro e os seus insumos ficariam isentos de direitos alfandegários e de impostos de circulação. A ideia concretizada sobre a produção do livro escolar pelas editoras e não pelo Estado dá um incremento à indústria livreira, porque os editores podem se arriscar em avançar, sabendo que terão um mercado assegurado devido à opção do Estado em comprar a produção através de um fundo denominado “caixa escolar”.

A outra medida que poderá ajudar, sugerida pelo INLD e pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO): a instituição do “dólar livreiro” – o existir, para o livro e seus insumos, uma equivalência ao dólar muito abaixo do câmbio real e com uma permanência. Apesar dessas prerrogativas, desde a sua emergência, nem sempre as normas de produção das obras de literatura infantil e juvenil são efetivamente respeitadas. Em algumas obras não se observa a qualidade gráfica que se traduz na excelência de um projeto gráfico capaz de motivar e enriquecer a interação do leitor com o texto. Em vários casos, as ilustrações carecem de qualidade estética e, por vezes, não há articulação entre o texto e as mesmas. Tem-se notado que a qualidade textual não obedece aos requisitos estéticos e literários, os aspetos gráficos não atendem aos

interesses das crianças e jovens e são hostis aos diferentes contextos sociais, rotineiros e culturais em que vivem.

Como é sabido, os textos extensos não respeitam o repertório linguístico dos seus destinatários. Conforme tem-se veiculado por indivíduos ligados ao mercado editorial, as causas da má qualidade se assentam nos fatores compensatórios. A fraca divulgação da literatura infantil e juvenil, principalmente no meio escolar, aliada à falta de formação de leitores literários fazem com que não haja interesse pelos investimentos pela qualidade dos mesmos. Ademais, não existe no país uma instituição de ensino superior que, sob sua coordenação, se pudesse executar a avaliação dos critérios de qualidade textual, temática e gráfica das obras de literatura infantil e juvenil.

No 1º Ciclo da escola básica, o setor da educação distribui anualmente dois livros por aluno (Português e Matemática) gratuitamente e eles usam os mesmos como cadernos, anotando neles as matérias; da 3ª à 7ª classe, a média é de 7 livros por aluno e no final são devolvidos à escola para que possam servir aos outros. De uma forma geral, a taxa de reposição é de 20-30%.

Um estudo etnográfico realizado numa das Escolas Primárias, localizada na zona suburbana da cidade de

Maputo, por Dias, sobre “Materiais didáticos, educação psicomotora e reintrodução da pré-primária”, apresenta resultados semelhantes ao Balanço do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), no que se refere às “dificuldades da língua da instrução (o Português)” e, mais ainda, constata:

O problema mais agudo dos materiais didáticos coloca-se em relação aos livros didáticos. [...] A situação mais alarmante coloca-se nas classes mais avançadas (3ª; 4ª e 5ª) em que os textos são mais longos. Os professores levam cerca de meia aula (20 min) a passar o texto no quadro e os alunos ocupam os restantes 20 min da aula a copiar o texto para os cadernos [...] (DIAS, 2016, p. 28-9)

Estas observações permitem-nos concluir que, apesar de a Política do Livro traçar as principais trajetórias que conduzam o país à formação de uma sociedade leitora, ainda persistem enormes desafios em relação ao atual imaginário que se tem sobre o livro. Com efeito, uma política do livro de literatura infantil e juvenil autónoma poderá contribuir para a configuração e desenvolvimento dessa produção literária.

Rede de bibliotecas

Uma das formas de acesso ao livro é através das bibliotecas que constituem espaços privilegiados para a

investigação, acesso à informação e formação do cidadão. Apesar desse pressuposto, nem todas as bibliotecas do país possuem obras significativas de literatura infantil e juvenil. As que possuem obras não reúnem qualidade textual e temática, não têm espaços adequados à leitura e sequer pessoal formado para animação de leitura. Em muitos casos, devido à pouca divulgação dessa literatura e a falta de um projeto de formação de professores como animadores de leitura literária, os professores não recomendam aos alunos a leitura das obras existentes.

Ao nível do país, existem bibliotecas públicas em todas as províncias e em alguns distritos, todavia, elas funcionam em condições materiais de infraestrutura e financeira muito precárias, bem como não dispõem de recursos humanos qualificados para responderem cabalmente pelas atividades leitora. De modo particular, pelos poucos investimentos canalizados ao setor, encontramos bibliotecas privadas, escolares e institucionais nos poucos centros urbanos existentes no país, funcionando de acordo com as condições disponíveis em cada local, contribuindo, de certa forma, na materialização dos projetos do Estado, nessa matéria. Assim, a rede de bibliotecas funciona da seguinte maneira:

A Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM) foi criada em 1961 pelo Diploma Ministerial N° 2116, de 26 de agosto, e funciona como depósito legal de livros. Na independência, em 1975, ficou cerrada até 1978 por falta de quadros funcionais. Mais tarde, foi aprovado o Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional de Moçambique pelo Diploma Ministerial N° 103/92, de 22 de Junho.

Por seu turno, o Decreto N° 46/2007, de 1 de dezembro, cria as Bibliotecas Públicas Provinciais, que no seu Artigo 2 prevê que a Biblioteca Pública Provincial é uma instituição pública de carácter cultural que tem por objetivo proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem e auto-formação, subordinada ao órgão provincial que superintende o setor da cultura. Tomando como exemplo, na Biblioteca provincial da Zambézia encontramos as seguintes obras clássicas: *O rouxinol*, de Hans Christian Andersen; *Estrelas de ouro*, dos Irmãos Jacob e William Grimm; *Fábulas*, de La Fontaine; *O saci*, de Monteiro Lobato; *Três Contos*, de Charlles Perrault: “A pele do burro”; “O Barba Azul” e “Polegarzinho”.

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), única instituição arquivista existente no país de âmbito nacional, é o Arquivo Histórico de Moçambique. Foi fundado

pela Portaria 2267, de 22 de Junho de 1934, e é ligado à biblioteca de Repartição Técnica de Estatística, com a missão de reunir alguns arquivos dispersos e organizar uma coleção bibliográfica sobre Moçambique. Entre as obras de literatura infantil e juvenil achamos algumas obras traduzidas para o português e editadas pelo INLD, tais como, *Coleção Chirico - O Relógio Desaparecido* (1981), de Warren Sokonj, tradução de Paulo Sérgio; *O Salto e Outras Histórias* (1980), de Leon Tolstoi, tradução de Fonseca Amaral e Paulo Sérgio; *Quem está a chamar?* (1981), de Charity Waciuma, tradução de Paulo Sérgio. Pelas datas das publicações verificamos que nos anos subsequentes as obras deram um valioso contributo na inspiração dos escritores para a produção das obras da literatura infantil e juvenil.

Política editorial

Em Moçambique não existem editoras voltadas apenas para a edição do livro de literatura infantil e juvenil sendo que as mesmas editam obras também para o público adulto. A Resolução 57/2011 preconiza que a área editorial representa o centro de coordenação das atividades de edição, que envolvem a disponibilidade de fundos, os contratos com autores, a revisão de textos, o grafismo,

a ilustração, a tipografia, a promoção, a venda e outros aspetos importantes da arte para a feitura do livro, de acordo com a seguinte trajetória: autor, editor, gráfico, distribuidor, livro, público.

O Instituto Nacional do Livro e Disco, sediado em Maputo, foi a primeira e única instituição criada no período da independência, em 1975, através da Portaria nº 119/75, de 22 de Novembro, como Direção Nacional do Ministério da Informação, com fins específicos, alguns diferentes dos atuais. Até 1983, o INLD foi a única entidade editora no país. A partir desse ano, foram criadas outras entidades: Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), fundada em 1982, Tempográfica, Publicações Notícias e outras ligadas aos vários Ministérios. Como tudo tinha de ser importado, com excepção da mão-de-obra na qual se inclui o autor, essas entidades não entravam em concorrência, mas tinham áreas editoriais determinadas, pois não se podia desperdiçar o pouco papel que se conseguisse, duplicando gêneros em detrimento de outros necessários.

Durante vários anos, o INLD assumiu a coordenação das atividades, além da editoração. Com a economia centralmente planificada, controlava também os preços de venda, visto que se pretendia que o livro chegasse ao leitor

pelo valor mais baixo possível, com o mínimo de lucro que permitisse manter o fluxo editorial.

A partir de 1987, editoras privadas passaram a operar no país, como é o caso da Ndjira, associada à portuguesa Editora Escolar/Diname, ligada ao Ministério da Educação e Cultura, publicando manuais didáticos e livros para crianças e jovens em quantidades consideráveis; a Editora do Arquivo Histórico de Moçambique, pertencente à Universidade Eduardo Mondlane, dedicada à publicação de títulos acadêmicos e Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), que, de acordo com (NAVARRO e SOPA, 1989, p. 4), “com cerca de 40 títulos publicados desde 1982, a partir de 1996 conseguiu editar 19 títulos”.

A partir da década de 1990, inúmeras editoras e instituições têm se empenhado na solução dos problemas da carência do livro no mercado local, a saber: Alcance Editores, Associação Progresso, Escola Portuguesa de Moçambique, Pawa, Plural Editores, Promédia, Gala-gala, a Capulana e Texto Editores, sendo que algumas atuam como filiais de editoras estrangeiras, entre portuguesas e brasileiras: a Kapulana; Texto Editora; Plural Editores; Editora Caminho.

Na edição livreira, tem-se constatado maior tendência de se produzir livros das áreas de Ciências Sociais e Administração, tais como Demografia, Direito Administrativo, Organização Judicial, Segurança Social, Etnografia. Observa-se igualmente a produção de livros de carácter desportivo-cultural (pintura, escultura, desportos, litografia, fotografia, música, dança, etc.); e a produção de obras referentes às áreas da Linguística, Filosofia e Literatura para os adultos.

Funcionamento das livrarias

Os fatores de ordem econômica e sociocultural condicionam o acesso ao livro por parte da grande maioria dos moçambicanos, estabelecendo o desequilíbrio entre o econômico com o direito de cidadania e a dimensão simbólica. Desse modo, para melhorar o acesso e distribuição do livro, o BOLETIM DA REPÚBLICA (2011, p. 45) que temos vindo a citar, prevê: “(i) alargar o número de livrarias em todo o país, (ii) criar livrarias móveis e (iii) criar modelos de feiras de livros dirigidas ao público em geral e às escolas em particular”. Uma pesquisa realizada pela jornalista Felicidade Zunga, do jornal diário *O País*, do Grupo Soico, publicada no dia 27 de Abril de 2012, sobre a compra e venda de livros em Moçambique, revela que pelo

menos na cidade de Maputo os livros técnicos são os que geram mais lucros para as editoras e livrarias e as obras de natureza cultural não tem sido a grande aposta nem para as livrarias e tampouco para os compradores.

Os livreiros com os quais mantivemos contato, na Livraria Escolar Editora, Livraria Conhecimento e na Minerva Central, na cidade de Maputo, foram unânimes em afirmar que as obras de literatura infantil e juvenil estão classificadas em último lugar na escala de concorrência em relação aos materiais técnicos ou didáticos e/ou manuais escolares, que são mais recomendados pelos professores nas universidades e outros subsistemas de ensino.

O mercado livreiro localiza-se nos centros urbanos onde se acha um público leitor considerável. Em alguns casos, no setor informal encontramos livros diversos à venda na calçada, arrumados em pequenas mesas ou nos degraus das entradas dos edifícios. Este cenário mostra que há poucos compradores de livros de natureza cultural porque também há poucos leitores.

Promoção da leitura

Escola Portuguesa de Moçambique - EPM

Desde 2010, a EPM está implementando um projeto de cooperação Portugal-Moçambique no domínio das

bibliotecas escolares e promoção de leitura. O mesmo projeto visa à criação de bibliotecas escolares e à atribuição de maletas de leitura a escolas públicas e comunitárias do sistema de ensino de Moçambique. Trata-se de uma iniciativa da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) de Portugal e de Moçambique, através do qual a Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino de Língua Portuguesa (CELP), assume a parceria com a RBE, comprometendo-se a acompanhar e apoiar o projeto nas escolas dos distritos de Maputo.

A iniciativa tem por objetivo valorizar o papel das bibliotecas escolares nas políticas de educação, contribuir para o desenvolvimento das literacias e para a formação global dos alunos, favorecendo o sucesso escolar. O projeto inclui a formação dos professores e bibliotecários em matérias de gestão e dinamização (tratamento do fundo documental e elaboração de um plano anual de atividades). O projeto *Mabuku ya hina* (nossos livros, em língua bantu - Xichangana), centrado no incentivo à leitura, pretende despertar nas crianças e jovens o gosto pelo livro, proporcionando a formação de leitores literários. Através do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (RBE e EPM-CELP), faz chegar a cada uma das

30 escolas contempladas pelo projeto uma maleta de leitura contendo cerca de 100 livros de literatura infantil e juvenil com maior incidência em Maputo, Cidade e Província.

Após sua implementação, o projeto passa a contar com a colaboração das seguintes associações moçambicanas: Iverca; o Movimento Cívico Formiga Jujú; o Movimento Literário Khupaluxa e o Livro aberto. As mesmas ajudam na promoção de leitura em escolas do sistema de ensino. No que diz respeito à formação de leitores literários, o professor cumpre papel fundamental na sua dinamização.

Assim sendo, na leitura de histórias e poemas existem diversas atividades de apoio à leitura orientadas em contexto de sala de aula, assegurando melhor compreensão e aprofundamento dos vários tipos de textos literários: treino do reconto oral; treino do reconto escrito/resumo; identificação dos personagens principais e secundários; caracterização física e psicológica dos personagens; identificação do contexto em que decorre a história; identificação dos momentos-chave na sequência narrativa; elaboração de finais alternativos; identificação da(s) mensagem(ns) que o autor quis veicular; ilustração das cenas preferidas; dramatização das cenas eleitas e mímica das cenas eleitas. Nos poemas: leitura feita pelo professor;

leitura feita pelos alunos, individualmente ou em pares após uma preparação livre; rodízio de leitura (leitura intercalada); escrita de poemas da autoria dos alunos, tendo como referência os poemas trabalhados em contexto de sala de aula.

Outras atividades consistem em pesquisar, nos livros das maletas, temas inerentes a Moçambique e do mundo inteiro; realização de concursos literários dirigidos aos diferentes níveis de escolaridade com atribuição de prêmios em livros e material escolar aos primeiros classificados (contos do mês, o leitor do mês, poema e prosa subordinada a um tema/livro); produção anual de um livro que compila histórias criadas e escritas pelas crianças de todas as escolas que integram o projeto; formação de clubes de leitura compostos por grupos de alunos que se juntam para ler e trocar ideias sobre determinado livro, autor ou temas. O grupo pode ser diversificado e pressupõe o acompanhamento de um professor, mediador de leitura.

Da leitura entendemos que o mesmo pode funcionar com a definição de um horário e abertura de inscrições; intercâmbio entre alunos e professores de várias escolas de acolhimento das maletas para apresentação dos trabalhos realizados e partilha de experiência, no âmbito do projeto;

através das oficinas de leitura, realizam-se ilustrações, construção de livros e escrita criativa; em alguns eventos têm sido convidados escritores, artistas, artesãos, pais e encarregados de educação. No âmbito de formação de leitores literários, a EPM-CELP, em parceria com a editora brasileira Kapulana, publicou 1383 obras de literatura infantil e juvenil, da Coleção Histórias de Moçambique. Os volumes publicados pretendem reatualizar as histórias tradicionais moçambicanas ainda em forma da oralidade e divulgar, através das ilustrações, a beleza do imaginário das artes plásticas em Moçambique junto ao público leitor. Por essa razão, grande parte das obras apresenta o texto da história original.

Associação dos Escritores Moçambicanos - AEMO

A AEMO foi fundada no dia 13 de Agosto de 1982, em Maputo. Entre os vários objetivos, se destacam: divulgar obras e autores da literatura moçambicana, atribuir prémios literários e organizar conferências sobre literatura moçambicana. O poeta moçambicano José Craveirinha foi o seu primeiro secretário e atualmente é o escritor Ungulani Ba Ka Khosa. A AEMO publica as coleções Karingana para prosa; Timbila para poesia e início para divulgação das obras dos jovens escritores. Do mesmo modo, atribui os prêmios:

Vida Literária; Revelação AEMO de ficção e Prosa, que visa à promoção de novos escritores, e o prêmio José Craveirinha.

Em 2002, a AEMO implementou um projeto “Círculo de Leitores”, iniciativa que consiste em palestras e debates entre estudantes universitários, secundários e jovens escritores. Uma vez por mês, reúnem-se para discutir literatura moçambicana. A ideia não é só conhecer os autores e suas obras como também aprender a gostar de ler. No dia 7 de Agosto de 2009, a AEMO organizou uma conferência internacional com o tema: Literatura infanto-juvenil brasileira e moçambicana contemporânea: problemas e perspectivas.

Entre os vários escritores participantes que versaram sobre a sua produção, destacamos Angelina Neves; Rogério Manjate; Mário Lemos e Alberto da Barca. A AEMO é uma das fontes de pesquisa sobre a literatura infantil e juvenil de Moçambique. As obras estão arrumadas numa prateleira, separadas na mesma sala onde se localizam as de literatura para os adultos. Tal como acontece nas outras bibliotecas, aqui também estão em bom estado de conservação por escassez do público leitor.

Os dois bibliotecários da AEMO atendem leitores de todas as faixas etárias. Um número significativo de obras

que a biblioteca da AEMO contém foi editado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, uma das instituições que assumiu projetos de livros infantis a partir de 1990, publicando vários títulos. Nesta altura, 1993, Ziraldo, reconhecido autor da literatura infantil e juvenil brasileira, chega a Moçambique a convite do UNICEF para treinar moçambicanos na arte de escrever e desenhar para crianças. O final do treinamento resulta em uma obra escrita e ilustrada pelo grupo de autores e ilustradores que faz parte do acervo bibliográfico da AEMO: *O homem e os macacos: uma lenda moçambicana*, de Magali Serrano e Ziraldo Pinto.

Associação Progresso - AP

A AP é uma das organizações mais antigas da sociedade civil moçambicana, fundada no dia 6 de março de 1991 como uma instituição coletiva de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e reconhecida oficialmente pelo Ministério da Justiça em 28 de março de 1992. De um modo geral, a ideia da fundação da Associação Progresso é a de trabalhar com as comunidades para que elas assumam a autogestão dos seus próprios processos de desenvolvimento comunitário. Para tal, estabelece os seguintes objetivos:

prestar serviços relevantes à comunidade dando enfoque especial às comunidades de base, com especial atenção às necessidades das mulheres e crianças, contribuindo na medida das suas forças para o desenvolvimento dessas comunidades, visando à elevação das condições de vida da população e aumento da sua capacidade de gestão. Entre os vários projetos sociais, teve início em 2015 a implementação do projeto “Eu Leio” nas províncias da Zambézia e Nampula, em parceria com o CESC e Save the Children, com o financiamento da USAID.

O projeto “Eu Leio” tem por objetivo melhorar as competências de leitura e escrita dos alunos da 1ª e 2ª classes, através de capacitação de professores e fornecimento de material de leitura para as referidas classes iniciais. O projeto trabalha em 7 distritos, (3 em Nampula e 4 na Zambézia), Zonas de Influência Pedagógica com 218 escolas (sendo 118 de intervenção e 100 de controlo). Desse modo, a previsão é que cerca de 88.000 alunos sejam beneficiados pelo projeto, durante 5 anos. Na área da educação, a AP iniciou por traduzir e editar livros didáticos da 1ª classe do Português para línguas bantu moçambicanas, através do projeto CODE, mantido pelo governo canadense. Mais tarde, surge a necessidade de editar obras infantis e juvenis do Brasil e de Portugal, projeto que viria a fracassar porque os textos

entravam em choque com o universo contextual infantil e juvenil moçambicano. A saída foi a criação de concursos com as escolas, autores, ilustradores e editoras.

Por dificuldades de edição devido aos direitos autorais ou fechamento das editoras, a partir de 2006, a AP inicia a edição de livros infantis e juvenis. Numa primeira fase se destinavam à distribuição gratuita e exposição nas feiras de livros. Em seguida, em 2009, a associação inicia a edição de obras de literatura infantil e juvenil em português e línguas bantu moçambicanas. As obras circulam no espaço escolar após avaliação e autorização pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, através do Conselho de Avaliação do Livro Escolar, que deve confirmar a componente educativa dos textos. O quadro a seguir ilustra a evolução do número de publicações das obras de literatura infantil e juvenil, no período compreendido entre 2009 a 2014.

Quadro 1: Quantidades das obras de literatura infantil e juvenil de 2009 a 2014

Literatura infantil e juvenil	Línguas	Ano					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Portuguesa	3	0	3	7	13	19
	Bantu moçambicanas	3	7	5	6	12	21
Total		6	7	8	13	25	40

Fonte: Associação Progresso - dados do senhor Armindo Veigas, 2010.

A AP tem o mérito de ter sido a primeira instituição do país a editar uma revista infantil denominada *Girassol*, em língua portuguesa e bantu moçambicanas. A mesma é coordenada pelo Gabinete de Informação (GABINFO) e é de distribuição gratuita, circulando principalmente nas províncias de Cabo Delgado e Niassa. O quadro a seguir ilustra a evolução de publicações da revista infantil *Girassol* no período compreendido entre 2009 a 2014.

Quadro 2: Quantidades das revistas de 2009 a 2014

Revista Girassol	Línguas	Ano					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Portuguesa	2	3	2	2	4	1
	Bantu moçambicanas	0	0	0	0	0	5
Total		2	3	2	2	4	6

Fonte: Associação Progresso - dados do senhor Armindo Veigas, 2014.

No caso, a revista nº 3, de 2012, focaliza a beleza da natureza e rios, mais especificamente o rio Zambeze, como uma das maravilhas naturais de Moçambique. Afirmo, ainda, que o navegador Vasco da Gama, em 1498, quando chegou a um dos braços da foz do rio chamou-o de “Rio dos bons Sinais”. Os Swahili, habitantes de Luabo, chamavam-no de “Rio Cuana”. Só em 1597, os portugueses, ao visitar o Mwenemotapa e, ao perguntarem sobre o rio, descobriram que se chamava Rio Zambeze. Do mesmo modo, a revista

visa à orientação sobre a necessidade da preservação do meio ambiente, dos rios, das plantas, dos animais, do ar, do ambiente que nos rodeia, da casa e da escola.

A edição abre com o conto “A formiga com pé preso”, e depois aborda os direitos das crianças e o respeito pela diferença porque o país é plural. Sem discriminação de nacionalidade, cor, origem étnica, sexo, raça, condição socioeconômica, língua e crença religiosa, todas as crianças têm os mesmos direitos. Uma das páginas é dedicada às atividades de recortar desenhos, colar, desenhar, escolher nomes dos animais e escrever os nomes incluindo emoções: tristeza, alegria, susto, medo, indecisão e vergonha.

A rubrica dedicada à alimentação saudável trata sobre a necessidade de as crianças alimentarem-se de cereais, vegetais, frutas, carne e outros. Esse número da revista inclui, ainda, algumas datas comemorativas nacionais e internacionais assim como os símbolos do amor: abraço, dar as mãos e o coração. Na penúltima página, apresenta o dicionário ilustrado das palavras: delta, evaporar, zona úmida, micróbios, registro (registrar) e solidariedade. Na última página, demonstra os 5 passos do jogo pega-pega.

A edição número 7 destaca a importância da cebola, tanto para o consumo humano por ser um alimento muito

saudável quanto para as crianças poderem realizar várias atividades com a casca do vegetal, entre as quais um quadro para exposição. Inclui também o conto “A galinha e o pato” e, em seguida, aborda o valor da amizade. Outra narrativa, “Crocodilo e o passarinho”, é uma história em quadrinhos. No que concerne às datas comemorativas, destaca o dia 4 de janeiro, dia mundial do Braille (nascimento de Louis Braille). Apresenta o dicionário ilustrado com as palavras alegria, circulação, comichão, parasita e xarope. Ao final, traz o jogo “Vamos fazer corrida com lata”, no qual o jogador corre, usando duas latas e uma corda, e ganha aquele que tiver mais habilidade para correr em cima das latas sem cair.

Comentando sobre os assuntos tratados nas duas revistas, permitiram entendermos que as mesmas têm uma como uma dos componentes educativo e transmissão de valores nas crianças, seus destinatários. Olhando para o cardápio das duas revistas em questão, notamos que os contos nelas contidas têm as mesmas finalidades. A redatora, Angelina Neves, é de reconhecido mérito na produção de obras para estes públicos, mas também é educadora de infância e autora de várias obras para crianças, sua maioria de caráter pedagógico. Ademais, as revistas são editadas pelo Gabinete de Informação, órgão

do governo, responsável pela monitoria de informação que circula no país. Esses dados, por si só, confirmam o nosso entendimento que a revista *Girassol*, entre os vários objetivos é a inculcação da moral nos seus leitores.

Imprensa moçambicana: o semanário Domingo

Nos princípios da década de 1980, o governante Jorge Rebelo teria convidado Angelina Neves para fazer parte de uma equipe de coleção de livros infantis e adaptação de contos para crianças. Mais tarde, o mesmo Rebelo sugeriu Angelina Neves e Otília Aquino a edição do suplemento “Njingiritane” do Jornal Domingo, e ambas foram responsáveis pelo referido suplemento até o ano de 2000. Atualmente, está sob responsabilidade de Mário Lemos, um dos escritores de livros para crianças e jovens.

O semanário Domingo, através do suplemento “Njingiritane”, inicia a divulgação de textos literários de autores nacionais e internacionais para crianças e jovens no período na independência, pela imprensa escrita. Muitos escritores atuais de obras para crianças e jovens mergulhavam no universo literário dos textos contidos nesse suplemento, coordenado por Angelina Neves. Apesar de Angelina Neves ter deixado a coordenação do suplemento, bem como a escrita de textos especialmente

para ele, continua trabalhando com organizações nacionais e internacionais ligadas à infância e à juventude, produzindo obras e mantendo seu nome inscrito entre os percursores da literatura infantil e juvenil na década de 1980. Tal como mostram os exemplos, devido à riqueza do seu índice (jogos, contos, adivinhas, passatempo, construções, labirinto, trabalhos manuais, banda desenhada e brinquedos), Njingiritane tem servido às crianças, jovens, adultos e professores em sala de aula no processo de ensino, bem como de lazer no ambiente doméstico.

Rádio Moçambique: Programa da Criança

A Rádio Moçambique é a mais antiga estação emissora da radiodifusão em Moçambique. Usa no seu slogan a sigla RM, muitas vezes traduzida por “Do Rovuma ao Maputo”, os dois rios que delimitam o país, a norte e sul. A RM surge da nacionalização das estações existentes em 1975, nomeadamente, a Rádio Clube de Moçambique, a Voz de Moçambique, a Emissora do Aero Clube da Beira e a Rádio PAX. Durante muitos anos, a RM funcionou como Empresa do Estado, tendo passado a empresa pública a 16 de junho de 1994.

A RM tem âmbito nacional e sua sede na cidade de Maputo está em importante edifício construído em 1931;

transmite sua programação em português, em inglês e em 19 línguas bantu moçambicanas, além de possuir delegações em todas as capitais provinciais. As emissoras provinciais têm uma programação muito variada em temas. As suas emissões locais são transmitidas em português e em línguas moçambicanas mais faladas na província, sendo os programas primando pela informação atual.

A transmissão do Programa da Criança na Rádio Moçambique teve seu início antes da independência nacional, no dia 18 de novembro de 1937, quando foi para o ar o primeiro Programa da Criança, transmitido às 19 horas e 25 minutos, com a duração de meia hora. O programa chamava-se “Meia hora das Crianças”, feito em língua portuguesa. Nesse momento, o programa era produzido por pessoal ligado à Universidade de Lourenço Marques, atual Universidade Eduardo Mondlane, alguns técnicos ligados à psicologia e profissionais da Rádio Clube de Moçambique.

O Programa da Criança era essencialmente de animação, recreação, com forte componente didático-pedagógico. Outra vertente também muito explorada eram as histórias infantis do contexto europeu, de narração simples e dramatização. Tanto num como no outro caso, a sonoplastia, a redação de textos e a seleção das vozes eram muito

rigorosas, o que conferia aos programas uma qualidade de referência. O Programa sofreu uma interrupção por volta de 1974-5, mas, após Independência Nacional (1977-8) é introduzido o Programa da Criança por uma comissão designada pelo então Ministro da Informação. É criado na estrutura da RM, no Departamento de Programas, o Setor da Criança e Teatro. Desde então, o Programa da Criança não mais deixou de ser produzido, tendo, inclusive, passado a ser produzido, não só na Antena Nacional, mas também nos emissores provinciais e nas línguas bantu moçambicanas.

Na essência, os programas mantiveram os mesmos recortes de formato temático: histórias narradas e/ou dramatizadas, introdução ao cancionário, poesia e cultura. Há também realização de programas externos, gravados e ao vivo, concursos e gravação de canções infantis e promoção de visitas de crianças à RM. A relevância do Programa é a definição de um novo auditório, surgimento de novos programas para jovens no acesso à cultura moçambicana.

O precursor do Programa da Criança é Né Afonso, que inicia a sua carreira radiofônica em Quelimane, capital da Zambézia, com apenas 16 anos de idade, fazendo programas de crianças, atividade que dá continuidade quando vai para a Rádio Moçambique. Na capital Maputo, nasce o “Titio

Turutão”, o homem que sabe tudo e que cantou, entre outras coisas, a “marrabentinha da criançada”.

Em 1985, para assinalar os 10 anos da Independência de Moçambique, gravou um disco de música infantil intitulado “Dez anos” incluindo histórias infantis, nas quais o Titio Turutão contracena com Álvaro Belo Marques. Né Afonso, em parceria com Yana (Samuel Munguambe Junior), cria a Orquestra Infantil e Juvenil da Rádio Moçambique, pois era preciso encontrar mecanismos que permitissem manter ocupadas as crianças que acorriam à estação de rádio. A orquestra atuou “ao vivo” no Estúdio-Auditório da Rádio Moçambique por várias vezes, antes da transformação em Escola Particular de Música. A seguir, transcrevemos uma contação de história radiofónica para as crianças:

Cena

Uma história para ti

Texto e apresentação: Hotília Francisco

Sonorização: Michel Horácio

Data da emissão: 17 de Maio de 2016.

Abertura. (grifos do autor).

Locutora: Boa noite, Amigo!

Estás pronto para escutar a linda história que trouxemos para ti? Escuta agora “Betinho, o ursinho encantado!”

3. Efeito

4. Locutora: Betinho é o filho mais novo da urso Maroca e não se parecia muito com seus irmãos, Zezinho e Janjão. Esses dois viviam aprontando e assustando as pessoas. Para Betinho, ser um urso não quer dizer que tem de ser mau. Ao contrário, ele era manso, amigo dos outros bichinhos e ajudava sempre os seus vizinhos no que podia.

5. Efeito

6. Locutora: Dona Maroca, mãe urso, ficava orgulhosa do seu filho Betinho. Afinal, ela recebia muitos elogios a respeito de Betinho. Todos acham ele um ursinho encantador. Em compensação, coitada, ela ficava de cabelo em pé com Zezinho e Janjão, que só davam trabalho e viviam arranjando problemas. Betinho quase não saía com seus irmãos, além de não gostar, nunca era convidado por eles para nada. Zezinho e Janjão achavam que Betinho era muito irritante e esquisito. Mas, o ursinho não se importava. Ele gostava de passear sozinho pelo campo e brincar com os animais que encontrava por lá.

7. Efeito

8. Locutora: Certo dia, o sol estava lindo e Betinho acordou cedo, vestiu uns calções, tomou o pequeno-almoço e saiu para caminhar.

9. Efeito mexido

10. Locutora: Ele não tinha aulas e aproveitou a manhã para correr num lindo jardim perto de casa. Betinho correu, saltou, rolou pelo chão e divertiu-se muito. Quando voltava

para casa viu uma florzinha solitária e uma joaninha, ficou todo contente e pensou em levar a florzinha para a sua mamãe. Foi aí que ele pensou: - “Se eu arrancar a florzinha, ela vai sentir dor e a joaninha não vai ter mais companhia para conversar”. Ele queria muito arrancar a flor, mas resistiu e voltou para casa feliz.

11. Efeito

12. Locutora: Amiguinho! Já estamos sem mais tempo para terminar com essa história. Mas não se preocupa, amanhã terminamos, combinado? Boa noite e até amanhã a mesma hora.

De certa forma, notamos que a esta cena está matizada de um conjunto de elementos de carácter artístico de expressão verbal. Foi elaborada numa linguagem que pudesse possibilitar a sensibilidade estética do pequeno ouvinte, a emancipação, a ampliação do seu horizonte de expectativa, assim como a vivência de certas experiências enriquecedoras do seu quotidiano.

Tradição pedagógica na literatura infantil e juvenil

É certo que a formação de leitores literários requer a criação de condições humanas e materiais: professores qualificados, bibliotecas equipadas, boa qualidade da linguagem oral e imagética dos livros, políticas públicas, entre vários outros quesitos. No caso das obras de literatura

infantil e juvenil em particular, espera-se que a linguagem imagética e verbal responda às expectativas dos seus receptores para que possam criar o hábito de leitura. Diante desse cenário, podemos questionar se a seleção dos textos oferecidos ao público leitor pela via dos manuais didáticos garante a formação do leitor literário, aquele capaz de alargar suas possibilidades de experiência estética, ampliando seu horizonte de expectativas, fruindo e, ao mesmo tempo, desenvolvendo o prazer e o gosto pela leitura literária e desempenhando o seu dever emancipatório. Que tipos e gêneros textuais são endereçados às crianças e jovens em Moçambique pela via dos manuais didáticos?

É nesse viés que a produção literária para o público infantil e juvenil em Moçambique pode ser descrita em duas vertentes: literatura marcada pelo didatismo e literatura infantil e juvenil propriamente dita.

No primeiro caso, ela se faz passar por literatura infantil e juvenil porque está endereçada a esse público. Algumas vezes mistura lendas, mitos e poesia de literatura infantil e juvenil para fins didáticos expondo a moralidade adulta. Quanto à provisão do livro escolar, até certo ponto, A Política do Livro dá bastante relevância ao livro escolar como um dos instrumentos fundamentais para o combate

ao analfabetismo e para o desenvolvimento das capacidades técnicas e científicas no seio das novas gerações.

A literatura para a finalidade pedagógica circula no espaço escolar quer em forma de obras ou textos escritos e adaptados para o público infantil e juvenil devidamente aprovada pelo Conselho de Avaliação do Livro Escolar (CALE), constituído pelo despacho do Ministro da Educação através do Diploma Ministerial nº 122/2011, de 11 de maio, que aprova o Regulamento de Avaliação do Livro Escolar. Para os livros do Ensino Primário, o mesmo Regulamento prevê, na alínea d) do Artigo 4, afirmando que serão aprovados todos os livros que tenham, no mínimo, 70 % em cada uma das áreas a avaliar; e para o Ensino Secundário Geral, serão aprovados todos os livros que tenham 85% na avaliação pedagógica. Nesse caso, o CALE investe mais na alma da obra avaliando se os temas contribuem para o desenvolvimento humano ou não e em que medida os mesmos respondem aos quesitos educativos, morais e edificantes exigidos nesse nível etário. Importa referir que apesar de o CALE ser multissetorial (integrando quadros das universidades, Ministério da Cultura e Turismo, Ministério da Indústria e Comércio, Parceiros de Cooperação e do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano), não

tem um regulamento para avaliar especificamente o livro de literatura infantil e juvenil.

Face a isso, devemos entender que, por um lado, a literatura infantil e juvenil em Moçambique surge num contexto sociohistórico em que é preciso transmitir valores já definidos ou sistematizados e considerados como “verdadeiros” às crianças e jovens, para os quais o espaço escolar deve servir de veículo para a sua incorporação. Por outro, num país em fase de reinvenção como Moçambique, a convivência entre o projeto estético e pedagógico não é gratuito, devemos entender como um processo que gradualmente irá consolidar-se através da realização e publicação de mais pesquisas, produção, distribuição e consumo das obras literárias para este público.

Esta realidade demonstra que, no contexto europeu, essa literatura resulta, segundo Coelho (1981, p. 24) “[...] da indissociabilidade que existe entre a intenção artística e a intenção educativa, incorporada nas próprias raízes da literatura infantil”. Podemos aferir, com base na passagem que, às vezes, os textos literários para fins didáticos não permitem que a literatura seja tratada como objeto de estudo ou como uma das fontes do conhecimento a ser apropriado e alargado pelo leitor dentro do seu contexto cultural, tal

como Brandão e Martins comentam sobre a maneira como é tratada a literatura na escola:

A literatura é tratada, sim, como pretexto, estratégia para o estudo de outros objetos, procurando minimizar, através dela, a aridez dos assuntos abordados [...] a literatura não tem sido tratada literariamente na escola. Pelo contrário, o que a utilização didática da literatura mais tem feito é destruir o seu efeito literário. (BRANDÃO e MARTINS, 2003, p. 259)

No caso moçambicano, os gêneros textuais presentes nos Manuais Didáticos não são diversificados, havendo uma tendência da utilização, em larga escala, de fragmentos narrativos e não de textos completos. Pela fraca ou quase nula divulgação dos textos para crianças e jovens, são adaptados textos literários dos adultos para esse público. Além disso, não existem autores representativos da literatura moçambicana, de diferentes regiões e épocas, autores da literatura infantil e juvenil assim como autores de histórias em quadrinhos (banda desenhada). Esta reflexão inclui no conceito de cânone que, segundo Cosson (2006, p. 32), “O cânone literário, clássico ou obra-prima é um conjunto de autores ou obras consideradas representativas para uma determinada nação ou idioma”. Do mesmo modo, Neto (2008, p. 44) afirma: “Os clássicos são uma relação

de *corpus* de obras e autores social e institucionalmente universais e ‘verdadeiros’ transmitindo os valores humanos e características ideais de um texto, por isso, dignos de repasse de geração para geração”.

Com base nas citações, notemos que a inclusão de uma obra ou de um autor nos parâmetros canônicos (ou não) não depende apenas dela, deve-se acentuar a importância das instituições ou da vida social do escritor (a linha temática ou a frequência das rodas de poder). E, Muzart (1995, p. 86) observa: “O estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente a dominante da época: dominantes ideológicas, estilo da época, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra”.

Com base nessas considerações, Mendonça esclarece os contornos da recepção dos textos literários e a definição do cânone literário em Moçambique:

Mais do que conteúdo da polémica, o que me interessa sublinhar aqui é que ela revela o poder do mecanismo de recepção dos textos literários em situações marcadas pelo fator “emergente” ou “pós-colonial”, onde a fronteira entre o que é do “próprio” e o que é do “outro” se articula de forma ambígua e prolonga, até aos interstícios da memória, o

diálogo/confronto com o passado colonial, produzindo um efeito de instabilidade do sistema literário, o que dificulta a emergência do cânone. O que paradoxalmente (ou não) em Moçambique não é extensivo a outras artes. (MENDONÇA, 2008, p. 31)

A falta da definição do cânone demonstra que os textos selecionados, de certa forma, não contribuem para ampliar o repertório literário do aluno porque as supressões, adaptações e as atividades de leitura e compreensão limitam as suas possibilidades. Do mesmo modo, há poucas probabilidades de que os recursos estéticos e estilísticos sejam explorados pertinentemente, o que nos mostra o pouco incentivo para leitura de outros materiais ou de uma obra literária completa. Apesar de as outras artes manifestarem-se com base num cânone já “definido”, mantém-se o caráter instável e convencional, tal como tem acontecido no cânone literário. Citemos Fidelis:

Ao lado desses autores inquestionáveis aparecem autores que ora figuram, ora não figuram certos momentos no cânone literário e, portanto, movimentam-se na órbita desse núcleo relativamente estável. No entanto, não se pode compreender o cânone fixo, fechado e pronto. As obras vão e vêm a depender dos mecanismos utilizados no momento da escolha. (FIDELIS, 2005, p. 3)

Assim, o setor do ensino tem sido uma das instituições que se evidencia como suporte na manutenção ou não dessas obras e autores canônicos, pois, a literatura implica existência de leitores. O professor tem o “poder” de determinar o que trabalhar em sala de aula na formação de leitores literários, tal como Cafiero e Corrêa:

Cabe ao professor encontrar maneiras de realizar um trabalho que seja efetivamente o de formar leitores, dispondo-se da seleção de textos. [...] Para tanto, o professor também precisa ser ele mesmo um leitor de textos literários, capaz de fruir diferentes tipos de literatura e assim poder desenvolver habilidades de leitura nesse tipo de texto. Entre o «escolar» e o «estético» há um longo caminho que o aluno-leitor terá que percorrer. Se ele vai desistir da caminhada ou aventurar-se e chegar do outro lado vai depender de como o desafio lhe for proposto. (CAFIERO e CORRÊA, 2003, p. 297)

Olhando para a citação e para que isso aconteça, é necessário que a literatura infantil e juvenil seja trabalhada no contexto escolar de maneira que as práticas não a coloquem em situação subsidiária em relação à pedagogia; ademais, seria desejável que a linha divisória que separa a literatura e a pedagogia tendesse ao reconhecimento de que ambas concorrem para a mesma função educativa da criança e do jovem. Desse modo, os projetos de literatura

infantil e juvenil em Moçambique devem enfrentar a qualidade artística para que os sujeitos leitores, em trabalhos de sala de aula, tenham a oportunidade de incorporar à sua experiência humana a visão da realidade e concepção da vida.

Considerações finais

Um país em processo de reinvenção como Moçambique necessita de bastante tempo para acertar o passo nos processos de desenvolvimento humano, incluindo o acesso à informação no nível desejado. A produção, circulação e consumo das obras de literatura infantil e juvenil enfrenta enormes desafios, mas os passos estão sendo dados em direcção à sua consolidação e legitimação.

A realização de seminários, congressos, palestras, pesquisas traduzidas em teses, dissertações, monografias e relatórios sinaliza entre várias atividades uma expectativa nos processos da divulgação da sua existência. Tem-se notado nos últimos tempos a proliferação de bibliotecas escolares, livrarias, editoras, feiras de livro, concursos literários, entre várias atividades literárias como fazendo parte do processo. Enquanto país de tradição pedagógica, a literatura necessita ser olhada em todas as suas vertentes, uma das quais de descoberta dos bastidores da vida e do mundo.

Referências

- BOLETIM DA REPÚBLICA. *Política do livro e estratégias da sua implementação*: Resolução nº 57/2011. Imprensa Nacional de Moçambique, EP, 2011.
- BRANDÃO, Heliana Maria Brina e MARTINS, Aracy Alves. A leitura literária no PNLD diante dos PCNs: Pretextos v.s. Contextos ou “A escolinha do professor mundo”. In: ROJO, Roxane e BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). *Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 253- 275, 2003.
- CAFIERO, Delaine e CORRÊA, Hércules Toledo. Os textos literários em quatro coleções de livros didáticos: Entre o estético e o escolar. In: ROJO, Roxane e BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). *Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita*. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, p. 277-298, 2003.
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo, Contexto, 2006.
- DIAS, Hildizina Norberto. Materiais didáticos, educação psicomotora e reintrodução da Pré-primária. In: DUARTE, Stela Mithá e DIAS, Norberto Hildizina (Orgs.). *Ensino Básico em Moçambique: políticas, Práticas e Qualidade*. Maputo, Editora Educar, p. 27-35, 2016.
- FIDELIS, Ana Cláudia e Silva. *Cânone Literário e Livro Didático: mediações. Anais...* Campinas: Uncamp, 2005. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais15/Sem12/anafidelis.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- MENDONÇA, Fátima. Literaturas emergentes, identidades e cânone. In: RIBEIRO, Margarida Calafate e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Moçambique: das Palavras escritas*. Porto, Edições Afrontamento, p. 19-33, 2008.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *A questão do cânone*. UFSC, 1995.
- NAVARRO, Júlio e SOPA, António. *Moçambique através dos livros: subsídios para uma Bibliografia Nacional (Junho 1975 – Agosto 1998)*. Maputo, Centro Cultural Português – Instituto Camões, 1998.

NETO, Alaim Souza. *Formação do Leitor e o Cânone Literário: relação entre as Orientações Curriculares e as práticas docentes*. 2008. 115 f. Monografia (Pós-graduação stricto sensu em educação – PPGE) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, SC, 2008. Disponível em: www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/0003C/00003C91.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

Pedro Manuel Napido

Doutor (Pós-Doutorado) em Letras na área de Estudos Literários e sobre Literatura infantil juvenil em Moçambique pela Universidade Estadual de Maringá- Paraná. Professor de Literatura Moçambicana na Universidade Licungo, líder do grupo de pesquisa CELLE e pesquisador no grupo de pesquisa Alice no País da Leitura na Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: napido209070@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4311687449939828>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2302-7516>